



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAPECURU MIRIM
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA DE
LÍNGUA PORTUGUESA

PALOMA RODRIGUES MARTINS

SUBMISSÃO E INSUBMISSÃO: violência e condições sociais representadas através das personagens Ana e Maria Agonia, no conto Ana Davenga, de Conceição Evaristo

Itapecuru – Mirim
2022

PALOMA RODRIGUES MARTINS

SUBMISSÃO E INSUBMISSÃO: violência e condições sociais representadas através das personagens Ana e Maria Agonia, no conto Ana Davenga, de Conceição Evaristo

Monografia apresentada ao curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciatura em Letras com habilitação em língua portuguesa e suas literaturas da Universidade Estadual do Maranhão.

Orientadora: Prof.^a Esp. Katiana Oliveira dos Santos

Itapecuru – Mirim
2022

Martins, Paloma Rodrigues.

Submissão e insubmissão: violência e condições sociais representadas através das personagens Ana e Maria Agonia, no conto Ana Davenga, de Conceição Evaristo / Paloma Rodrigues Martins. – Itapecuru-Mirim, MA, 2022.

46f

Monografia (Graduação) – Curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Centro de Estudos Superiores de Itapecuru-Mirim, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Profa. Esp. Katiana Oliveira dos Santos.

1.Patriarcalismo. 2.Violência. 3.Submissão. 4.Mulher. 5.Sociedade. I.Título.

CDU: 821.134.3(81).09

PALOMA RODRIGUES MARTINS

SUBMISSÃO E INSUBMISSÃO: violência e condições sociais representadas através das personagens Ana e Maria Agonia, no conto Ana Davenga, de Conceição Evaristo

Monografia apresentada ao curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciatura em Letras com habilitação em língua portuguesa e suas literaturas da Universidade Estadual do Maranhão.

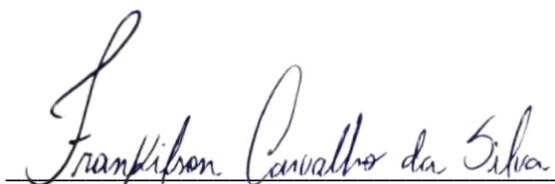
Orientadora: Prof.^a Esp. Katiana Oliveira dos Santos

Aprovada em: 05/08/2022

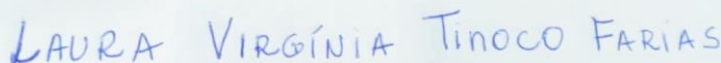
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Esp. Katiana Oliveira dos Santos (Orientadora)
Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Espanhola e Inglesa
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Frankilson Carvalho da Silva
Especialista em Docência
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



Prof.^a Ma. Laura Virgínia Tinoco Farias
Mestra em Letras – Teoria Literária
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Aos meus pais Maria Alice e Raimundo, aos meus irmãos Alinne, Bruno e Lucas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família por estar sempre do meu lado me apoiando, incentivando. Durante esses 4 anos tive a oportunidade de vivenciar várias emoções, conhecer pessoas, fazer novas amizades e também reencontrar outras pessoas.

Aos meus colegas de sala sou grata pelo companheirismo e cada troca de conhecimento compartilhado.

Aos meus amigos Laíssya, Amanda, Daniel e Rayonária que marcaram a minha trajetória e pelos quais tenho um carinho enorme, são pessoas muito prestativas e que sempre me ajudaram diante das minhas dificuldades.

A minha amiga Fabiana e, por fim, a minha orientadora por ter me acompanhado ao longo dessa caminhada, pela paciência e dedicação.

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas.

(PINTO)

RESUMO

Este trabalho, intitulado SUBMISSÃO E INSUBMISSÃO: violência e condições sociais representadas através das personagens Ana e Maria Agonia, no conto Ana Davenga, de Conceição Evaristo, apresenta um estudo acerca da submissão e insubmissão feminina, tomando como referência a violência e as condições sociais a que são submetidas as personagens Ana e Maria Agonia, no conto Ana Davenga, da escritora Conceição Evaristo. Com isso, objetiva-se analisar como as personagens Ana e Maria Agonia figuram a condição da mulher negra na prosa afro-brasileira e na sociedade. Esta pesquisa, que encontrou fundamentação nos postulados teóricos de Teles (1999), Perrot (2017), Del Priore (2004) e Pinto (2010), se deu por meio de uma abordagem bibliográfica, através da qual se pôde obter os dados e informações suficientes à fundamentação e ao aprofundamento de discussões pertinentes sobre a postura passiva ou reativa da mulher negra no convívio social. Desse modo, o conto analisado apresenta traços sociais que remetem às vivências diárias de inúmeras mulheres e seus anseios, pois sua história é marcada por exclusão. A submissão e insubmissão acabam sendo resultado de um poder que se encontra ligado à violência, sendo representado pela violência física que Maria Agonia acabou sofrendo por não ser submissa a Davenga. Diante disso, observa-se através da personagem Ana, quanto a sua condição de mulher, uma delicadeza relativa ao sujeitar-se a dominação de Davenga. Já Maria Agonia, com sua insubmissão diante da proposta de Davenga, revela uma espécie de provocação à ordem masculina, ao passo que a personagem Ana acaba por carregar traços patriarcais ao se tornar submissa ao seu companheiro Davenga. E assim traz uma reflexão acerca das condições sociais em que as personagens Ana e Maria Agonia se encontram, já que Ana mora em uma favela, enquanto Maria Agonia vive em um ambiente de classe mais elevada.

Palavras-chave: Patriarcalismo. Violência. Submissão. Mulher. Sociedade.

ABSTRACT

This work, entitled SUBMISSION AND INSUBMISSION: violence and social conditions represented through the characters Ana and Maria Agonia, in the short story Ana Davenga, by Conceição Evaristo, presents a study about female submission and insubmission, taking as a reference violence and the social conditions to be which the characters Ana and Maria Agonia are submitted, in the short story Ana Davenga, by the writer Conceição Evaristo. With this, the objective is to analyze how the characters Ana and Maria Agonia figure the condition of black women in Afro-Brazilian prose and in society. This research, which was based on the theoretical postulates of Teles (1999), Perrot (2017), Del Priore (2004) and Pinto (2010), took place through a bibliographic approach, through which data and information could be obtained. sufficient to support and deepen pertinent discussions about the passive or reactive posture of black women in social life. In this way, the analyzed tale presents social traits that refer to the daily experiences of countless women and their anxieties, as their history is marked by exclusion. Submission and insubmission end up being the result of a power that is linked to violence, being represented by the physical violence that Maria Agonia ended up suffering for not being submissive to Davenga. In view of this, it is observed through the character Ana, regarding her condition as a woman, a relative delicacy when subjecting herself to Davenga's domination. Maria Agonia, with her insubmission to Davenga's proposal, reveals a kind of provocation to the masculine order, while the character Ana ends up carrying patriarchal traits when she becomes submissive to her partner Davenga. And so it brings a reflection about the social conditions in which the characters Ana and Maria Agonia find themselves, since Ana lives in a favela, while Maria Agonia lives in a higher class environment.

Key words: Patriarchy. Violence. Submission. Woman. Society.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A HISTÓRIA DA MULHER NO BRASIL	13
2.1 Breve histórico do movimento feminista	16
2.2 Conquistas femininas na sociedade	19
2.3 A figura feminina e o mercado de trabalho	20
3 A MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA	23
4 CONCEIÇÃO EVARISTO: Biografia	28
5 ANA DAVENGA: CONTEXTO, ENREDO E PERSONAGENS	30
6 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL FEMININA: Ana e Maria Agonia	32
6.1 Submissão e insubmissão	34
6.2 A mulher no âmbito conjugal	36
6.3 A violência contra a mulher	37
6.4 O dilema da maternidade vivenciado pela personagem Ana	39
7 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A literatura, embora não se encerre na representação de condutas sociais, morais, ideológicas, políticas ou religiosas, não foge ao seu caráter verosímil de denúncia da realidade, pois, inevitavelmente, tais questões são acopladas à matéria ficcional dos textos literários. O filósofo grego Aristóteles reconhece essa faceta da literatura como algo positivo ao discutir um dos conceitos nucleares da filosofia de Platão, o conceito de “mimesis” (arte como imitação).

Aristóteles não defende que a literatura seja uma cópia da realidade, mas acredita que a partir da mimesis ela é capaz de resgatar os fenômenos sensíveis do indivíduo, promovendo um olhar quase filosófico sobre os eventos ficcionais (mundo das ideias) que se conectam de alguma forma à realidade (mundo sensível).

Apoiada nessas discussões e também em discussões mais contemporâneas do século XX e XXI, esta monografia buscou realizar uma análise do conto **Ana Davenga** (2016), da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo, focalizando o arco narrativo das personagens Ana e Maria Agonia, sobre as quais se reconhece o seguinte problema: as temáticas em torno das condições sociais da mulher negra na literatura brasileira denunciam marcas de uma realidade pertinente até os dias atuais na sociedade, os traços de submissão, violência e exclusão social são apenas alguns dos aspectos condicionados à representação das personagens femininas no conto **Ana Davenga**. De tal modo, como as condições de submissão e insubmissão se configuram na tessitura narrativa do conto de Conceição Evaristo e na construção das personagens Ana e Maria Agonia?

Dessa forma, as hipóteses desenvolvidas nessa pesquisa para fomentar as discussões acerca do problema de pesquisa, enfatizam, em primeiro lugar, que a violência é um mecanismo de dominação que decorre de uma relação de desigualdade social entre uma classe de dominantes e outra de dominados; em segundo lugar, a submissão denuncia a detenção de controle da figura masculina em relação à feminina; e por último, a representação das personagens Ana e Maria Agonia evidenciam a consolidação de valores patriarcais arraigados.

Dessa maneira, objetiva-se analisar como as personagens Ana e Maria Agonia figuram a condição da mulher negra na prosa afro-brasileira e na sociedade.

Assim, os objetivos específicos são investigar como ao longo da história a representação da mulher no Brasil foi se construindo; examinar a representação da mulher negra na literatura brasileira e identificar, através das personagens Ana e Maria Agonia, aspectos que demarcam questões sobre a submissão, insubmissão, violência e condições sociais.

Esta pesquisa ancorou-se nos postulados teóricos de Teles (1999), Perrot (2017), Pinto (2003), Del Priore (2004), Pinto (2010), entre outros autores que se preocuparam, não somente com as questões afro-brasileiras, mas com a história da mulher no Brasil, violência e as questões patriarcais.

Este estudo se fundamentou pela necessidade de investigar sobre a história da mulher no Brasil e na busca pela identificação dos aspectos que permitiram relacionar as questões de submissão e insubmissão, violência e condições sociais vivenciadas na literatura pelas personagens Ana e Maria Agonia à realidade das mulheres negras brasileiras. Focou-se na averiguação da condição da mulher, visto que, mesmo diante de inúmeras conquistas, ela ainda passa por diversas situações de opressão social, de modo que ainda persiste o pensamento que inferioriza a figura feminina diante da figura masculina. Não são necessários grandes esforços para se comprovar esse fato, os elevados números de violência moral, física, sexual e psíquica que a mulher brasileira sofre denunciam, por si, o problema.

Tendo, por base metodológica, uma abordagem bibliográfica, através da qual se obteve os dados e informações necessárias à formação de uma base teórica sólida e capaz de fundamentar e aprofundar a pesquisa. Foi realizado um levantamento de dados que permitissem a tematização sobre a submissão, insubmissão, violência e a condição social a partir da representação das personagens Ana e Maria Agonia, do conto “Ana Davenga”, da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo

O trabalho foi estruturado em sete seções, a contar com introdução. Na seção dois, subsequente à introdutória, foi abordado sobre a história da mulher no Brasil, no subtópico 2.1 é apresentado um breve histórico do movimento feminista, no 2.2, apresentam-se as conquistas femininas na sociedade e, no 2.3, é apresentado sobre a figura feminina e o mercado de trabalho. Na seção três discute-se sobre a mulher negra na literatura brasileira. A seção quatro, por sua vez, é destinada à dados sobre a escritora Conceição Evaristo. Na seção cinco são apresentadas algumas informações sobre o conto Ana Davenga, como contexto, enredo e personagens. A seção seis comporta a análise e discussões sobre o conto e, por fim, na seção sete encontra-se a conclusão da pesquisa.

2 A HISTÓRIA DA MULHER NO BRASIL

Durante um longo período, a mulher foi vista como um ser inferior, conforme registra a história. No Brasil, essa trajetória é permeada pela desigualdade e pela exclusão, haja vista que “da história, muitas vezes a mulher é excluída” (PERROT, 2017, p.170). Sendo assim, historicamente, o principal trabalho atribuído ao sexo feminino eram aqueles destinados ao zelo da casa, ao cuidado com os filhos e com o marido. Apesar disso, a história registra avanços importantes no cenário político, cultural e também social, os quais contribuíram para que houvesse mudanças na forma de integração da mulher na sociedade.

Ao longo dessa construção histórica da figura feminina, nota-se mudanças quanto ao seu papel social, que passara por significativas alterações. Atualmente, a mulher tem conquistado vários direitos, sejam esses de ordem nacional ou internacional, e ainda goza, de certo modo, dos mesmos direitos e obrigações em relação ao homem, como assegura o artigo quinto da **Carta Magna Nacional** (1988): “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos dessa constituição” (BRASIL, 1988 apud CASARINO; QUEVEDO; GERVASON, 2014, p.7). Mesmo assim, a mulher passa por situações de opressão social, persistindo ainda o pensamento de que a mulher é inferior ao homem, sendo expresso por meio dos elevados números de violência física, moral, psíquica e sexual que a mulher brasileira sofre.

As mulheres rurais através de suas vivências do dia-a-dia apontam que não existe claramente uma diferença em relação ao trabalho e o lar. Contudo, a mulher não possuía espaço para que pudesse demonstrar sua força.

As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que em seu cotidiano não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida comunitária. No campo, a autoridade do chefe de família – do pai ou do marido – extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos (DEL PRIORE, 2004, p. 540).

O homem exercia a autoridade, assim a mulher vivia de modo submisso a ele, impossibilitada de falar, se posicionar ou até mesmo participar de algo, visto que, tinham como principal atribuição de trabalho o cuidar dos filhos, do marido e do lar, marcando assim uma desigualdade em sua construção histórica.

Observa-se em relação ao texto feminino que este é bem direcionado e envolve, na maioria das vezes, orientações para outras mulheres desenvolverem bem as funções creditadas

a elas. Quando em textos mais complexos, a mulher não é descrita por uma outra mulher e sim pelo homem, impossibilitando a elas de narrarem sua própria história, como afirma Perrot:

Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes (PERROT, 2017, p.170 - 171).

Até nos textos nota-se que o papel da mulher se encontra atrelado ao lar, como a autora evidencia ao fazer menção ao livro de cozinha. A história das mulheres como um todo foram os homens que escreveram. Logo, elas encontram muita dificuldade em fazer com que sejam ouvidas por eles, pois têm seu lugar de fala ocupado.

Quando a mulher rompe as barreiras do lar, o cenário de exploração continua. A mulher operária passa a ser explorada tanto em sua casa como também em seu ambiente de trabalho, possuía uma jornada de trabalho bem maior e salário baixos, e quase não se tinha referências quando busca-se por essas trabalhadoras. Teles (1999, p. 42) confirma esse fato ao afirmar que “a mulher operária, duplamente explorada por trabalhar na fábrica e no lar, tinha sempre os salários mais baixos e as jornadas de trabalho maiores. Poucas referências encontramos quanto às trabalhadoras”.

Mas é fato que a opressão e discriminação não ocorre por aceitação da pessoa que sofre. A história da mulher é marcada por diversos fatores que contribuíram para a omissão de sua contribuição ao longo da história. Dessa maneira, Teles evidencia que

Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador (TELES, 1999, p. 9-10).

O desenvolvimento da mulher foi negado por questões patriarcais e também machistas, como aponta Telles, de modo que suas contribuições foram silenciadas dificultando que ela fosse reconhecida como um ser inovador e social que merece reconhecimento.

Toledo (2005), ainda aponta que a mulher foi ensinada a se conformar de modo que visse como algo natural. Ou seja, “[...] a mulher nasce e é educada para ser oprimida, para saber o seu lugar no mundo, que é sempre, em qualquer âmbito, um lugar subalterno” (TOLEDO, 2005, p. 23).

A mulher passa quase despercebida diante da posição de homem trabalhador, por mais que ocupem o mesmo espaço, é o homem que é reconhecido como contribuinte econômico ativo. A mulher, que as vezes trabalha em condições precária, se quer recebe alguma importância social. Del Priore confirma tal ponto de vista ao evidenciar que:

A projeção em primeiro plano do *homem trabalhador* acaba deixando na sombra, quase invisíveis, as péssimas condições de trabalho impostas às mulheres. Muitas vezes, as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar (DEL PRIORE, 2004, p. 537 grifos do autor).

A mulher até mesmo em seu ambiente de trabalho acaba por sujeitar-se a péssimas situações de trabalho, isso se deve à posição ocupada pelo homem e à necessidade de autoafirmação dessas trabalhadoras, tidas como sexo frágil. Em outras palavras, embora os dois, homem e mulher, trabalhem no campo, desenvolvendo as mesmas funções, é o primeiro que recebe o crédito pela boa safra, já o segundo seria reconhecido apenas pelo zelo no cuidado com o lar e a família.

Sendo vista como um ser frágil, que não tinha firmeza em suas decisões e de um sentimentalismo excessivo, a mulher, de certo modo, acaba por necessitar de um homem forte, proativo, trabalhador que pudesse tomar a frente diante de situações extremas. Nesse aspecto “a eles se recorria como instância superior, referência de poder, sua presença era vista como necessária exatamente por se creditar à mulher menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância etc.” (DEL PRIORE, 2004, p. 384).

A inserção da mulher no mercado de trabalho e também no meio público, fez com que começasse a se debater de maneira ampla sobre a mulher trabalhar fora do lar, visto que, este espaço é tido como sagrado. Essa concepção era tão arraigada ao ponto de muitos médicos e também higienista defenderem que quando a mulher trabalhava fora de casa, estaria causando a degradação da família.

De que modo as mulheres que passavam a trabalhar durante todo o dia, ou mesmo parcialmente, poderiam se preocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos? O que seria de nossas crianças, futuros cidadãos da pátria, abandonados nos anos mais importantes de formação do seu caráter? [...] (DEL PRIORI, 2004, p.492).

Observa-se que é atrelada à mulher a reponsabilidade de zelar por seu lar e também de cuidar da educação dos filhos, enquanto o homem acabava por se privar desses afazeres, sendo sua preocupação apenas com trabalho que possibilitasse a ele status.

2.1 Breve histórico do movimento feminista

O movimento feminista começou a evoluir na Europa, nos Estados Unidos, a partir da metade do século XIX, nesse momento inicia-se o que se caracteriza como a primeira onda desse movimento, período em que as mulheres começam a estabelecer, com as lutas sociais, uma relação mais próxima.

A partir do movimento intitulado como sufragista, que começou a se expandir pela Europa e também nos Estados Unidos, construiu-se, de acordo com Pinto (2003, p 13), “a primeira vaga de feminismo organizado no mundo”. O foco da primeira fase do feminismo no Brasil é marcado pelas mulheres em busca de seus direitos políticos, assim como também a sua participação eleitoral: o direito de votar e serem votadas. Sobre o movimento feminista Teles (1999) ressalta:

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais (TELES, 1999, p.10).

Partindo dessa concepção de Teles, percebe-se que o feminismo é caracterizado como uma filosofia universal que leva em consideração a opressão existente de modo específico a qualquer mulher. Ou seja, esta opressão pode assumir as mais variadas formas, isso de acordo com as classes e camadas sociais.

Dessa forma, em significado mais abrangente, o feminismo é tido como um movimento político. Ou seja, segundo Teles (1993, p.10), ele “questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal [...]”. Assim, se evidencia um feminismo questionador, que vai em contrapartida ao patriarcado, isto é, propondo transformações políticas, sociais e, por assim dizer, culturais.

Ainda que se leve em consideração a relevância da existência da excepcionalidade no que compete a evolução do feminismo, é possível visualizar algumas vertentes, isso ainda nas primeiras décadas do século XX, quando três dessas vertentes são claras: a primeira é tida como a mais organizada e forte, liderada por Bertha Lutz (1894 – 1976), tinha como foco a integração da mulher como um ser próprio e detentor de direitos políticos. Logo, sobre esta primeira vertente Pinto (2003) frisa que:

Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente. Porém, como veremos mais adiante, tem limites muito precisos: nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs (PINTO, 2003, p. 14 -15).

Apesar da primeira vertente ter tido um alcance grandioso, existiam limites bem precisos, isto é, pelo fato de não estabelecer quando a situação de exclusão da mulher poderia ser efeito do lugar de poder que o homem assume. Desse modo, as lutas das mulheres buscavam pela sua inclusão enquanto cidadãs. Sendo, naquele período, tal vertente tida como o feminismo brasileiro bem-comportado.

A segunda vertente é definida como feminismo difuso, sendo também conhecida como o feminismo malcomportado, isso a partir do século XX, em que se juntavam mulheres que tinham vidas excepcionais, em grande parte, jornalista, professoras e também escritoras. O foco, a esse período, era a defesa do acesso à educação, não fugindo a assuntos delicados para aquele período, tais como divórcio, dominação do homem e sexualidade.

A terceira vertente, expressa por meio do movimento anarquista e, em seguida, o partido comunista, ficou conhecida como o feminismo menos comportado, sendo sua grande expoente Maria Lacerda de Moura (1887 – 1945). Nessa perspectiva, pode-se visualizar que essa última vertente trata, de acordo com Pinto (2003), de

Mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes desses movimentos de esquerda que defendem a libertação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão de exploração do trabalho como central, articulando a tese feminista aos ideários anarquistas e comunistas (PINTO, 2003, p. 15).

Essa vertente, marcada pelo radicalismo, priorizava pela libertação da mulher, estando envolvidas mulheres intelectuais e tendo por ponto de articulação o partido comunista e também o movimento anarquista.

Na Constituição de 1891, foi debatido sobre o voto, isto é, sobre o direito para as mulheres participarem das votações, logo, a constituição em seu Art. 70, segundo Pinto (2003, p. 16), ressalta que “são eleitores os cidadãos maiores de 21, que se alistarem na forma da lei”. Não sendo aprovado o projeto, porém, a constituição não impediu expressamente a mulher de votar.

Não sendo a mulher mencionada pelo fato de que na memória dos constituintes ela não existia como ser munido de direitos. Contudo, não foi explicitamente citado que a mulher

não poderia votar. Devido a esse esquecimento, Pinto (2003) diz que, durante o período de vigor da constituição 1891, várias mulheres fizeram requerimento de alistamento.

Em 1910, devido a constituinte não aprovar o voto feminino, foi fundado, por um grupo de mulheres, o Partido Republicando Feminino, um pequeno partido, mas que representou uma ruptura, pelo motivo de ser composto por pessoas que tinham seus direitos políticos negados. Conforme Pinto (2003), o próprio estatuto que rege o partido apresenta com clareza o que as mulheres objetivavam.

Não defendiam apenas o direito ao voto, mas falavam de emancipação e independência. Atribuía à mulher qualidades para exercer a cidadania no mundo da política (o patriotismo) e no trabalho. E, extrapolando a questão dos direitos, promulgavam o fim da exploração sexual, adiantando em mais de 50 anos a luta das feministas da segunda metade do século XX (PINTO, 2003, p.18).

Além do direito ao voto, as mulheres buscavam também a sua independência e emancipação, apresentando de maneira clara os seus objetivos. Mas apesar da objetividade e clareza, o Partido Republicano Feminino não tem sua existência estendida por muito tempo.

Contudo, outro grande avanço na luta das mulheres ocorre quando Bertha Lutz regressou de Paris em 1918. Nesse período tem início a organização do que seria, naquela época, a maior expressão do feminismo, intitulada Federação Brasileira para o Progresso Feminino, doravante FBPF. Essa federação tinha seu foco voltado para o direito ao voto. É em 1922, no **I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro**, organizado por Lutz, que a FBPF marca o seu nascimento.

Em 1927, a **Comissão de Constituição e Justiça Juvenal Lamartine** concede um parecer favorável ao projeto que validava às mulheres o direito ao voto. Entretanto, no plenário do senado, este projeto não teve aprovação. Mediante o novo Código Eleitoral de 1932, chega ao fim a luta das mulheres pelo direito ao voto. Bertha Lutz, em 1936, estando na suplência, assume a cadeira de um deputado devido ao seu falecimento e nesse mesmo período a FBPF realiza o **III Congresso Nacional Feminista**, tendo por pauta a ampliação em relação aos direitos das mulheres, mas devido ao golpe de 1937 a movimentação perdeu força.

Com a publicação do livro **O segundo sexo** de Simone de Beauvoir, em 1949, a própria autora estabelece, conforme Pinto (2010, p.16), “uma das máximas do feminismo: ‘não se nasce mulher, se torna mulher’. Em 1963, Betty Friedan (1921 – 2006) lança o livro intitulado **A mística feminina**, que busca investigar a norma social e de que modo ela foi construída sobre uma noção na qual a mulher é definida a partir de uma existência insignificante.

A partir da redemocratização, em 1980, no Brasil, o feminismo passa a ganhar força no que compete à busca pelos direitos femininos, tendo vários grupos ao seu lado, discutindo sobre variados temas, tais como sexualidade, racismo, opções sexuais, violência e outros. Tendo como grande influência a Comunidade Eclesiais de Base da Igreja Católica, um movimento de grande relevância pelo fato de ter permitido propiciado a inclusão das classes populares ao feminismo, pois, até então, ele era mais direcionado para as classes médias.

2.2 Conquistas femininas na sociedade

Em 1827, mais especificamente no dia 15 de outubro, mediante a promulgação da Lei Geral, as mulheres receberam autorização para que pudessem frequentar a escola, representando uma importante conquista para esse grupo. Posteriormente, surge, em 1852, o primeiro jornal feminino, intitulado **Jornal das Senhoras**, editado por mulheres e para mulheres. De acordo com o site futura, em matéria publicada, em 2021, por Bernardes, logo após foram lançados outros jornais tais como o **Bello Sexo** (1862) e **O Sexo Feminino** (1873). As mulheres também conquistam em 1879 o direito de poderem acessar as faculdades. Cria-se também o primeiro partido político em 1910 (BERNARDES, 2021).

Mediante a **Primeira Conferência Internacional da Mulher**, em 1975, realizada no México, Pinto (2010, p. 17) destaca que “a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como década da mulher”, representando um grande marco, pois evidencia o reconhecimento oficial do dia 8 de março pela ONU, tornando conhecido o ano de 1975 como “Ano Internacional da Mulher” (ALVES; ALVES, 2013, p. 115).

A data 8 de março traz consigo uma história que aconteceu em 1857 na cidade de Nova York, a da fábrica de Cotton, em que as operárias buscavam a redução de suas jornadas de trabalho e também de licença maternidade. Com isso, Teles (1999, p. 98) aponta que “na ocasião as forças policiais atearam fogo à fábrica para reprimir aquelas que insistiam na greve, quando então morreram 129 operárias queimadas”. Logo, como forma de homenagear estas 129 operárias, foi consagrado este dia como o dia Internacional da Mulher.

Em 1917, deu-se início, na fábrica Cotonifício Rodolfo – Crespi, à realização de uma greve por parte das operárias têxteis, paralisando toda a São Paulo, visto que, esta era uma das maiores indústrias têxteis da cidade. Através desse movimento conseguiu-se a promulgação de uma lei que proibia as mulheres menores de idade de trabalharem, e eximia as adultas de trabalharem no turno da noite. Além disso, a partir do novo Código Eleitoral as mulheres em 1932, conquistam o direito ao voto, isto é, de votar e serem votadas.

Foi criado o **Conselho Nacional da Condição da Mulher** (CNDM), em 1984, onde se promove “uma campanha vitoriosa para inclusão dos direitos da mulher na Carta Constitucional” (ALVES; ALVES, 2013, p.116). A criação desse conselho representou uma das mais importantes conquistas do feminismo no Brasil, pois resultou na Constituição de 1988, uma das que mais garante direitos às mulheres no mundo.

Bernardes (2021) ressalta que em 27 de agosto é promulgada a Lei nº 4.212/1962 que cria o Estatuto da Mulher Casada e desobriga mulheres casadas de necessitarem da autorização do seu companheiro para poder trabalhar, além de conceder à mulher o direito à herança e também oportunidade de poder pedir, em caso de separação, a guarda do filho. Mas, somente em 26 de dezembro de 1977, a partir da Lei nº6.515, é que o divórcio no Brasil é tido como uma opção legal.

Outro direito, que tem ganhado maior importância no século XXI, é o da prática do futebol, conquistado em 1979, segundo Bernardes (2021). Paralelamente, em 1988 foi realizado o primeiro encontro nacional de mulheres negras, que ultrapassou as fronteiras do feminismo e impulsionou o processo de reivindicação de uma sociedade mais justa e sem discriminação.

Uma das maiores conquistas, apesar das Delegacias Especiais da Mulher, foi a promulgação da Lei n.11 340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, que estabeleceu mecanismos em busca de coibir a violência familiar e também doméstica que a mulher sofre.

No mesmo nível de importância, em 2015 foi sancionada a Lei do Femicídio, a Lei nº 13.104. A Constituição Federal, mediante essa lei, reconhece como um crime de feminicídio homicídio praticado contra mulheres. Em 2018, se registra outro importante avanço no Brasil, a promulgação da Lei nº 13.718, que caracteriza o crime de assédio (BERNARDES, 2021).

2.3 A figura feminina e o mercado de trabalho

Com o início do século XIX, as mulheres tentavam conquistar seu espaço em relação ao mercado de trabalho, pois, para a sociedade, a figura masculina era exclusividade na promoção do sustento familiar, e a mulher, como já mencionado, tinha apenas a obrigação de cuidar dos filhos, do marido e também do lar.

A consolidação da participação da mulher frente ao mercado de trabalho se consagrou com as duas primeiras guerras mundiais. Mediante a convocação de seus esposos para trabalhar durante as guerras, as mulheres se viam frente a uma situação delicada, tendo,

assim, que ir em busca de trabalho para manter o sustento da casa e também dos filhos. Assim, Probst (2003) reforça que:

A origem e evolução da mulher no mercado de trabalho se iniciaram com a primeira e segunda guerras mundiais em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou e com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres se sentiram na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos (PROBST, 2003, p. 2).

Como os homens eram chamados para participar das guerras e protegerem suas pátrias, as mulheres passam a assumir a posição de provedor do lar, ocasionando, assim, um grande avanço no cenário econômico em relação à mão de obra feminina.

Sendo de grande importância o acesso e também a permanência no ambiente de trabalho, se faz necessário manter esse elo, pois, quando há uma quebra, ou seja, o indivíduo é excluído desse processo, pode ser visto como o primeiro passo de negação em relação a este direito básico e do qual o ser humano necessita. Logo, “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania” (CARNEIRO, 2011, p.102).

Essa relação de exclusão fica mais evidente quando se liga à mão de obra feminina negra, como aponta Carneiro (2011):

No mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão de obra feminina negra. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Justiça na publicação Brasil, gênero e raça, “as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%”. Destas, 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes (CARNEIRO, 2011, p. 119).

A partir dos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e também da Justiça, mediante uma publicação sobre as atividades manuais, percebe-se que a ocupação das mulheres negras está majoritariamente ligada à trabalhos domésticos, o que evidencia o panorama social que a mulher tem experimentado desde sempre. Frente ao mercado de trabalho, as mulheres negras ocupam uma posição de vulnerabilidade, assim Carneiro (2011) evidencia que:

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (CARNEIRO, 2011, p.120).

Os especialistas retratam a posição assumida pelas mulheres como as mais vulneráveis em relação ao mercado trabalhista, isso acontece pelo fato de trabalharem por conta própria, como empregadas domésticas, passando assim a assumir posições que as tornam sensíveis frente ao mercado de trabalho.

Contudo, após muitas tentativas a figura feminina começa a estabelecer uma interação com o mercado de trabalho, a partir dessa relação dar-se-á surgimento a leis, a fim de regulamentar e favorecer a mão de obra feminina. Assim:

Ficou estabelecido na Constituição de 32 que sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez (PROBST, 2003, p. 2).

Durante todo o percurso econômico e também evolutivo social, a figura feminina se fez presente, mesmo que assumindo o papel de coadjuvante durante um grande período, não sendo visualizada nos registros oficiais. Ela buscava pelos seus direitos: educação, poder de voto, condições melhores de trabalho, pelo fim da escravidão, etc. Na intenção de fazer valer suas lutas e também de todas as mulheres cujas vozes foram silenciadas.

Em relação ao mercado de trabalho, a mulher aos poucos conseguiu conquistar o seu espaço, mesmo diante de inúmeros obstáculos, tais como: a discriminação, o machismo, a falta de respeito, horas de jornada de trabalho exaustivas e muitos outros.

3 A MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA

Em relação a mulher negra e sua inserção na literatura, cabe salientar sobre a publicação do romance **Úrsula**, em 1859, de autoria de Maria Firmina dos Reis (1822 - 1917), sendo esse reconhecido no Brasil como o primeiro romance de autoria feminina. Porém, Firmina utilizou o pseudônimo “uma maranhense” para publicar o romance. A princípio, o romance não foi aceito pela academia e nem pela crítica, pois a autora era uma mulher, negra e ex-escrava. Logo, Xavier (1996) frisa que “na literatura brasileira, até o presente momento, considera-se o romance **Úrsula** (1859) de Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense, a primeira narrativa de autoria feminina, com seu estilo gótico-sentimental” (XAVIER, 1996, p. 88).

A tessitura do romance de Maria Firmina tem cunho abolicionista e conduz o leitor pela contramão do que, segundo Silva (2020, p. 7), é caracterizado como “ideário machista e preconceituoso”, pelo fato de que no Brasil, durante vários anos, os romances eram produzidos somente por homens brancos e também de classe social elevada.

Depois de um período, publica-se em 1960, o livro **Quarto de Despejo – Diário de uma favelada**, cuja autora é uma mulher brasileira e negra conhecida como Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977), que residia na favela do Canindé e desempenhava o trabalho de catadora.

Em um caderno que havia encontrado no lixo, Carolina passou a escrever o cotidiano vivenciado por uma mulher negra da favela, tecendo, em suas entrelinhas, denúncias e críticas “em relação à condição de subalternidade das pessoas que viviam na comunidade” (SILVA, 2020, p. 7). O jornalista Audálio Dantas foi quem descobriu a escritora Carolina. Dessa maneira, observa-se que a literatura que as mulheres negras utilizavam servia também para contar sobre sua própria vida, fazer denúncia e críticas em relação a uma sociedade marcada pelo preconceito, violência, racismo e misoginia.

A literatura afro-brasileira, contudo, atinge seu ponto máximo, no que refere ao seu ponto de vista, mediante a criação da série intitulada **Cadernos Negros** (1978), sendo o grupo paulista “Quilombhoje” responsável por essa criação. Esse grupo de escritores paulistas visava debater e aprofundar as vivências de escritores afro-brasileiros no campo da literatura nacional. Por meio de incentivos, o grupo buscava promover a disseminação de informação e conhecimento, além de atuar no campo de desenvolvimento de pesquisas, estudos e diagnósticos acerca da literatura e também da cultura negra.

Para Dalcastagnè (2005), há um certo desconforto, no que se refere à literatura brasileira contemporânea, gerado pela verificação da ausência de dois grupos tais como dos pobres e dos negros no romance. As tentativas de entender essa ausência partia de uma compreensão do que estava acima do seu entendimento. Com isso, Dalcastagnè frisa que “esse tipo de ausência costuma ser creditada à *invisibilidade* desses mesmos grupos na sociedade brasileira como um todo” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 15 grifos do autor).

Se esses dois grupos (negros e pobres) como personagens aparecem bem pouco, logo como produtores literários são praticamente inexistentes. Se estão no romance atual pouco presentes, suas chances de terem voz são ainda mais reduzidas, haja vista “os lugares de fala no interior da narrativa também são monopolizados pelos homens brancos sem deficiências, adultos, heterossexuais, urbanos, de classe média [...]” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 15).

Ainda segundo o estudo realizado por Dalcastagnè, em relação a títulos publicados, os homens assumem uma posição equivalente a quase três quartos, ocupando cerca de 72,7%. Contudo, a autora Virginia Woolf (1882 – 1941), após a publicação de sua análise, contribuiu para que houvesse uma evolução em relação a situação da mulher, logo, “sua célebre análise das dificuldades que uma mulher enfrenta para escrever, a condição feminina evoluiu de muitas maneiras, mas a literatura – ou, ao menos, o romance – continua a ser uma atividade predominante masculina” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 31). Mesmo mediante este avanço percebesse que a literatura ainda se encontra como sendo uma atividade somente para o homem.

Enquanto personagem, a mulher ocupa menos espaço do que o homem, desse modo, Dalcastagnè (2005, p. 35) ressalta que “mais significativa é a predominância de personagens do sexo masculino. Entre as personagens estudadas, 773 (62,1%) são do sexo masculino, contra apenas 471 (37,8%) do sexo feminino [...]”. A mulher acaba por assumir uma posição de subalternidade, e, ao observar os dados acima citados, pode-se deduzir que isso se reflete no fato de ser mulher, na trajetória de vida, marcada por exclusão, discriminação e outros aspectos.

No que tange ao espaço de protagonista e também de narradoras, as mulheres têm seu espaço de atuação ainda mais reduzidos. Assim, dentro dos romances, elas representam uma minoria, cujo acesso a voz é reduzido, não ocupando a posição de narradoras e tendo suas ações em papéis sem grande relevância. Com isso, Dalcastagnè (2005, p. 45) acrescenta que “além de reduzida, a presença negra e mestiça entre as personagens é, tal como acontece com as mulheres, menor ainda quando são focados os protagonistas e, em especial, os narradores. Esses dados evidenciam dentro da narrativa brasileira o que Dalcastagnè (2005) caracteriza como racismo:

A pequena presença de negros e negras entre as personagens sugere uma ausência temática na narrativa brasileira contemporânea, que o contato com as obras, dentro e fora do corpus, contos e romances, confirma: o racismo. Trata-se de um dos traços dominantes da estrutura social brasileira, que se perpetua e se atualiza desde a Colônia, mas que passa ao largo da literatura recente (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 46).

O racismo representa um dos traços de dominação da base social brasileira, que já se encontra enraizado e que, desde a colônia, vem se atualizando, devido à redução de participação das negras e negros como personagens, o que acaba por provocar uma carência temática em relação a narrativa brasileira, consubstanciando uma sociedade discriminatória.

Em diversos momentos durante suas militâncias, as mulheres negras se depararam com uma concepção equivocada em relação “à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero” (CARNEIRO, 2011, p. 112). Ou seja, passando essa temática a ser vista invariavelmente no que compete a questão geral da mulher, e não como um subitem a se discutir, principalmente em um país no qual as afrodescendentes são compõem praticamente metade da população feminina, isso segundo Carneiro (2011).

O poeta nordestino e também negro Arnaldo Xavier apresenta a expressão “matriarcado da miséria”, buscando demonstrar

Como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país (CARNEIRO, 2011, p.121).

O próprio poeta cita que as mulheres negras também têm sua história de vida permeada pela discriminação, exclusão e, através dessa expressão, ele acaba por expor essas questões que marcaram a vida dessas mulheres.

A sociedade desde os primórdios é patriarcal. Os homens estão sempre no topo das relações e observa-se, mesmo na contemporaneidade, hierarquias, em que a fragilidade feminina é colocada como um pressuposto para julgamentos. Chegar a tantas mudanças e reivindicações, no século XXI, em que mulheres se fazem presentes em todas as áreas e principalmente na literatura, é mérito de muitas lutas e renúncias.

A literatura brasileira se apresenta como um marco para a sociedade em geral, uma vez que possibilita um novo olhar e um despertar para a construção e a formação de pessoas cada vez mais atraídas e que se encontram em desenvolvimento para a leitura e, conseqüentemente, para um olhar crítico e sensato. Sobre isso, é importante destacar a influência da literatura afro-brasileira e o quanto ela contribuiu para que mais indivíduos, em especial, mulheres, ganhassem espaço e notoriedade, como exemplo, Maria Firmina e Carolina

de Jesus. A literatura traz rupturas e também grandes revoluções, como destaca CUNHA (1999):

Os movimentos das mulheres, bem como os de negros, índios, homossexuais, africanos e outros assumiram a retórica da ruptura, investindo na derrubada das hierarquias, sobretudo a das distinções de gênero como construção discursiva, diversamente do divulgado processo natural, que privilegiava a condição anatômica da divisão de sexos. Os movimentos feministas empenharam-se na valorização das margens, em relação a onipotência do centro que, regido pela lógica binária, concedeu todas as prerrogativas ao polo masculino, destinado a mulher a alteridade submissa e alienada (CUNHA, 1999, p. 17).

Compreender as identidades e como os atores sociais operam nas literaturas brasileiras, principalmente no que diz respeito à autoria feminina, em que se observa um apagamento de suas figuras, é reconhecer a significância dessas pessoas para a construção de uma literatura mais ampla e familiarizada, que valoriza as experiências e torna válida a figura feminina para a construção de leituras modernas e reais.

Segundo Castanheira (2016), o romance de Firmina demonstra um poder de pertencimento a causa da abolição dos escravos e o quanto essa autora possui consciência de seu papel para a desconstrução de gêneros e raça, contribuindo para a quebra de paradigmas sociais, revelando as mazelas presentes na sociedade, elevando o negro à condição de pessoa que pertence a sociedade e tornando válido, para a literatura, o seu papel, sem estereótipo. Como se vê a seguir:

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistências que marcaram profundamente a nação brasileira (EVARISTO, 2009, p. 18).

A literatura afro brasileira, com destaque para a feminina, é um espaço em extensão para conversação e diálogos, sobre a condição da mulher negra e a maximização de suas potencialidades, direitos e pleno gozo de viver em harmonia, sem tabus e velamentos.

[...] a literatura afro feminina é uma produção de autoria de mulheres negras que se constitui por temas femininos e de feminino negro [...] em um movimento de reversão, elas escrevem para (des)silenciar as suas vozes autorais e para, através da escrita, inventarem novos perfis de mulheres, sem a prevalência do imaginário e das formações discursivas do poder masculino, mas com um poder de fala e de decisão, logo senhoras de si mesmas (SANTIAGO, 2012, p. 155).

Dessa forma, constata-se que as autoras aqui externadas, bem como outras que fornecem subsídios para a literatura afro brasileira, tornam-se pilares para a desconstrução do silêncio intrínseco às suas obras. As suas obras aliadas às suas vivências oportunizam ainda conhecer as dificuldades enfrentadas por elas e suas constantes lutas para alcançar o reconhecimento e se fazerem ouvir.

4 CONCEIÇÃO EVARISTO: Biografia

Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte - MG, em 29 de novembro de 1946. Escritora brasileira contemporânea e também professora, se tornou participante ativa nas lutas pela causa negra. Como escritora, Conceição se destaca pela autoria de poemas, narrativas de ficção e ensaios.

Conceição Evaristo não teve muito contato com seu pai, era filha de uma lavadeira chamada Joana Josefina Evaristo, quem a criou junto com seu padrasto Aníbal Vitorino, que trabalhava como pedreiro em uma comunidade da avenida Afonso Pena.

A escritora cresceu na companhia de suas três irmãs, Maria de Lourdes, Maria Inês e Maria Angélica, filhas do mesmo pai e mãe e, também, dos outros cinco irmãos filhos do seu padrasto com sua mãe.

Aos sete anos, conceição decide ir morar com a tia, Maria Filomena da Silva, que trabalhava como lavadeira, e com o tio, que era pedreiro, Antônio João da Silva, pois, eles não tinham filhos. Ela começa, aos oito anos, a trabalhar como empregada doméstica. Estudou em escolas públicas, como seus pais e irmãos. Foi no Instituto de Minas Gerais que conseguiu o título de professora primária. Seus primeiros passos como docente foram nas escolas públicas do Rio de Janeiro.

Em 1973, muda-se para o Rio de Janeiro, formando-se pela Universidade do Rio de Janeiro em Letras. Em 1996, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, concluiu seu mestrado em Literatura Brasileira, em que defendeu a dissertação **Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Em 1980, Evaristo passa a ter contato com o Grupo Quilombhoje (SP). Como resultado disso, na década de 90, estreia na literatura a partir da **Série Cadernos Negros**. Sua participação como escritora contabiliza mais de quinze publicações, que se alternam entre poesias e contos.

Ainda na década de 90, deu início ao seu percurso como autora, escrevendo nos mais variados gêneros literários. Em 1990, no volume **13 dos Cadernos Negros**, sai sua primeira publicação. A autora apresentou nesta edição seis poemas, dos quais ganhou maior destaque o poema **Vozes-mulheres**. Consolidando a carreira da escritora, em 2003, publica-se o primeiro romance de Conceição intitulado **Ponciá Vicêncio**.

Porém, em 1980, a autora já havia escrito um romance com o título de **Becos da Memória**, mas que veio a ser publicado apenas em 2006. Dois anos depois, em 2008, foi lançado o livro **Poemas da recordação e outros movimentos** e, mais tarde, o livro de contos **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**, publicado em 2011. No mesmo ano, a autora finalizou

o doutorado pela Universidade Federal Fluminense em Literatura Comparada, cuja tese defendida foi **Poemas malungos, cânticos irmãos**.

Já no ano de 2014, foi publicado um dos livros de contos mais conhecidos da autora, **Olhos d'água**, onde consta o conto aqui analisado, **Ana Davenga**. Em sequência foram publicados os livros: **Histórias de leves enganos e parecenças**, em 2016 e o romance **Canção para ninar menino grande**, em 2018, mesmo ano em que a escritora conquistou o Prêmio de Literatura do Governo de Minas Gerais. Atualmente, Conceição atua como professora visitante na Universidade Federal de Minas Gerais.

5 ANA DAVENGA: CONTEXTO, ENREDO E PERSONAGENS

Em 1995, o conto intitulado **Ana Davenga** é publicado ocupando a posição 18 na coleção **Cadernos Negros**. Contudo, em 2014 a editora Pallas publica a obra *Olhos d'água*, da qual o conto Ana Davenga passa a fazer parte, sendo esta obra composta por 15 contos, essas narrativas são permeadas por questões sociais, que vão desde os históricos até contemporâneos. Dessa maneira, a obra acaba por se tornar um atalho por onde se pretende ecoar a voz negra.

O conto é narrado em terceira pessoa, retratando a história das personagens Ana, Davenga e Maria Agonia. Ana vai morar com Davenga em seu barraco, contudo, toma o próprio nome do seu amado como seu sobrenome, passando a se chamar “Ana Davenga”, que dá nome ao conto. Ana sabia que as atividades que o conjunje realizava não eram lícitas e que, estando com ele, corria riscos.

Davenga lembrará de uma mulher que lhe causava remorso, pois havia mandado matá-la, essa era Maria Agonia, a qual conheceu durante uma visita a um companheiro que estava preso. Os dois marcaram um encontro na praça e terminaram desenvolvendo uma relação amorosa, porém ao propor a Maria que suba o morro com ele para ficar lá, estando sujeita a vários perigos, ela alega ser uma pessoa religiosa, filha de pastor e que não iria abdicar de tudo que tinha para morar com um bandido, assim, causando remorso em Davenga que manda matar Maria. Ao final, Ana, com as mãos sobre a barriga, fazendo referência ao bebê que carrega em seu ventre, morre em uma cama junto a Davenga, cercado por policiais. No noticiário lamentavam a morte de um policial e na favela choravam a morte de Ana e Davenga.

No que diz respeito à construção das personagens na narrativa de Conceição Evaristo, pode-se observar a figuração da mulher negra em diferentes situações ligadas à vida na favela, que conseqüentemente demarca questões de violência diária, de extrema pobreza e marginalização, mas que também possibilita ao leitor observar o protagonismo da personagem negra na narrativa contemporânea do século XX. Em vista disso, Evaristo passa a compor esses personagens dando-lhes voz, pois, até então, eles eram retratados na literatura brasileira de modo discriminado, sob a ótica do homem branco e poderoso, que lhes silenciava e os colocava em posição de inferioridade.

Observa-se a descrição que o narrador faz de alguns personagens no conto: “Bonito o Davenga vestido com a pele que Deus lhe deu. Uma pele negra, esticada, lisinha, brilhosa” (EVARISTO, 2016, p. 23); a Maria Agonia “era bonita, usava uma roupa abaixo do joelho, o cabelo amarrado para trás. Uma voz calma acompanhada de gestos tranquilos” (EVARISTO, 2016, p. 27); Ana “lhe lembrava uma bailarina nua, tal qual a que ele vira um dia no filme da

televisão. A bailarina dançava livre, solta, na festa de uma aldeia africana” (EVARISTO, 2016, p. 25).

Nesses fragmentos do conto, fica visível a valorização por parte da escritora em relação a beleza dos personagens, destruindo a mentalidade que atribui gestos grosseiros aos negros e os faz parecer menos dignos de admiração por causa da cor da pele ou da forma de vestir. Isso possibilita um novo olhar sobre esses personagens que tinham seus lugares de fala monopolizados. Nessa perspectiva, Evaristo, através de seu ensaio intitulado **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**, explicita que:

Personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes, são apresentados a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/exclusão que os afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira. Esses processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira, em geral (EVARISTO, 2009, p. 19-20).

Desse modo, Conceição Evaristo passa a compor estes personagens dando voz a grupos marginalizados socialmente, possibilitando a eles uma fala com autoridade, visto que no interior da narrativa os lugares de fala, como aponta Dalacastagnè, são monopolizados, em que se observa o silêncio dos marginalizados e as vozes que se sobrepõem a eles e falam em seu nome.

6 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL FEMININA: Ana e Maria Agonia

O conto Ana Davenga, que é o corpus deste estudo, faz parte do livro de contos **Olhos d'água** (2016). A história retratada no conto volta-se para os personagens Ana e Davenga, sendo que Davenga reside em uma favela, porém não é possível identificar no conto o nome dela, sabe-se apenas que Davenga é chefe de uma quadrilha.

No início da narrativa, observa-se um apelo erótico ligado a mulher negra, na figura de Ana Davenga. Contudo, os companheiros de Davenga tentavam “não perceber a vida e as delícias que explodiam por todo seu corpo” (EVARISTO, 2016, p. 22). Nesse sentido, a descrição que o narrador faz de Ana, revela uma mulher que induz ao desejo e também que desperta a cobiça nos companheiros de Davenga.

Desse modo, a escritora procura mostrar para sociedade a situação da condição da mulher negra de modo realista. As personagens Ana e Maria Agonia, são apresentadas de modo humanizado, ou seja, o negro passa a ter espaço para que possa falar de si próprio, suas dores e amores, assim, “Ana Davenga, apresenta inúmeras problemáticas que estão em torno das mulheres da nossa sociedade” (CARDOSO; SILVA, 2017, p. 66). Ana apresenta traços sociais que remetem às vivências diárias de inúmeras mulheres e seus anseios, pois sua história é marcada por exclusão, além de ser uma personagem que traz uma reflexão acerca da mulher, em especial, aquelas que na vida real percorrem os mesmos perigos que Ana e são submissas aos maridos, que exercem sobre elas seu poder de dominador.

Ademais, a exaltação da beleza das personagens no conto é evidente, demonstrando uma nova construção da personagem feminina negra, sobre a qual Silva (2020) esclarece:

A beleza de Ana Davenga será retratada em todo conto e essa nova construção da personagem feminina negra na literatura brasileira, proposta pela autora, nos permite quebrar estereótipos existentes em torno da imagem da mulher negra, além de trazer representatividade, nos possibilita lutar contra o preconceito ainda existente em nosso país (SILVA, 2020, p. 11).

Diante dos estereótipos estabelecidos na literatura brasileira acerca da personagem negra, observa-se que Evaristo permite romper com esses arquétipos que foram atribuídos à mulher negra, trazendo uma maior representatividade, apresentando-as de maneira mais humanizada.

Embora seja uma narrativa ficcional, apresenta similaridades com a realidade vivenciada por mulheres que são esposas de criminosos das comunidades no Brasil. Apesar de

ser um texto literário, acaba simbolizando histórias verdadeiras que parecem passar despercebidas aos olhos.

Ao longo do enredo do conto visualizamos inúmeras maneiras de exposição sobre a representação da mulher, tais como: uma mulher dominadora, mas também dominada, forte, fiel, protetora, amante, entre outras. Veja-se o que Silva (2020) diz sobre isso:

Percebemos que muitas características que foram atribuídas às mulheres negras na literatura brasileira, tais como a negra subalterna, objetificada, desvalorizada, negra escravizada, sem voz, sem beleza e sem escolhas não são remetidas à Ana Davenga, pois Evaristo reelabora essas características, nos possibilitando lançar um novo olhar para os personagens, em especial à personagem principal que dá nome a esse conto (SILVA, 2020, p. 11).

À mulher negra foram atribuídas inúmeras características no cenário literário brasileiro, contudo, Ana passa por um processo de reelaboração dessas características e, diante disso, tem-se um novo olhar acerca da personagem feminina negra, que passa a ter voz, sentimentos, beleza e a realizar suas próprias escolhas, como em: “Ana resolveu adotar o nome dele” (EVARISTO, 2016, p. 26).

Maria Agonia, cuja representação faz referência uma mulher decidida e independente, não sendo submissa, ao se envolver com Davenga, acaba por trazer à tona duas questões divergentes, como a religiosidade e também o dilema de viver momentos de prazer com um criminoso. Com isso, Maria Agonia quebra outro paradigma, pois uma pessoa que seguia os preceitos religiosos a esse período não consumaria o ato antes do casamento, logo, essa concepção é violada por Maria Agonia.

Através das personagens Ana e Maria Agonia podemos visualizar questões que se refletem na vida de muitas mulheres no contexto real, como as situações vivenciadas por Ana no conto sendo uma mulher silenciada e submissa perante o seu marido, além de viver momentos de angústias à espera do seu amado que era um criminoso, e que tanto ele quanto ela estavam sujeitos ao perigo. Já Maria Agonia não quer estabelecer nenhum vínculo, busca viver somente momentos de prazer ao lado de Davenga, mesmo ele querendo construir com ela uma família. Ela não queria, pois vivia para a igreja e sabia que suas atitudes resultariam em sérios problemas pelo motivo dela ser filha de pastor.

Dessa maneira a personagem Ana é marcada por pela dor, pela beleza e pela força, traços humanizadores que permitem observar Ana de modo diferente de outras personagens negras em outras obras.

6.1 Submissão e insubmissão

O conto **Ana Davenga** demonstra que a personagem Ana fica no barraco e também na vida de Davenga e que agora ela iria passar a viver em uma favela em um minúsculo espaço, assim “desde aquele dia, Ana ficou para sempre no barraco e na vida de Davenga” (EVARISTO, 2016, p. 26).

Além disso, Ana acaba por adotar o próprio nome do seu amado como seu sobrenome, passando a se chamar “Ana Davenga”. Ou seja, “Ana resolveu adotar o nome dele. Resolveu então que a partir daquele momento se chamaria Ana Davenga. Ela queria a marca do homem dela no seu corpo e no seu nome” (EVARISTO, 2016, p. 26-27). Assim, Ana acaba por obedecer às regras patriarcais quando passa a adotar nome de Davenga, revelando uma submissão frente a dominação masculina. Logo, Tondo (2018) aponta que “a submissão da personagem de Ana revela a questão da dominação masculina e da condição da mulher na sociedade contemporânea, cuja característica fundamenta-se na manutenção de muitos resquícios da ordem patriarcal” (TONDO, 2018, p. 55). Em contraponto, a personagem aponta pra uma posição de independência, visto que é ela quem decide por carregar a marca do seu homem.

A sensação de pertencimento estabelecida após Ana assumir o sobrenome Davenga, podemos também relacionar a “questão da submissão feminina ao chefe”, como ressalta Tondo (2018), visto que, Davenga era tido como chefe e de certo modo como o patriarca. Esse fato se confirma em Freyre (2006) quando reitera o discurso de dominação e frisa que é nas mãos dos senhores que se centraliza a força que os transforma em proprietários de terras e também de mulheres e homens. Estando ainda alicerçado nessa condição de pertencimento estabelecida por Ana, Tondo (2018, p. 56) expõe “o inconsciente coletivo do pensamento androcêntrico a que refere Pierre Bourdieu (2017)¹”, em razão de ser consentida pelo dominado a dominação.

De certo modo, a proteção que Davenga oferecia a Ana era uma maneira de manter fixa a opinião do homem negro, viril, que se ver diante do corpo da mulher como “dono”. Diante dos assuntos que vivenciava em seu dia a dia, Ana acaba por se tornar uma mulher subalterna e também silenciada, como se vê no trecho a seguir: “ela era cega, surda e muda no que se referia a assuntos deles” (EVARISTO, 2016, p.22).

¹ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

Ana, por aceitar tudo que Davenga propõe acaba por não ser protagonista de sua própria vida, apesar de ter o poder de decidir qual caminho irá seguir: “Ana sabia bem qual era a atividade de seu homem. Sabia dos riscos que corria ao lado dele. Mas achava também que qualquer vida era um risco e o risco maior era o de não tentar viver. (EVARISTO, 2016, p. 26). Mesmo sabendo como Davenga levava a vida, Ana não o contraria e isso, de certo modo, a torna submissa.

Durante uma visita a um amigo que se encontrava preso, Davenga conhece Maria Agonia. Eles marcam um encontro na praça. Ao fim da pregação, Maria Agonia se distânciava, passa por Davenga e realiza um gesto. Logo, “ele foi atrás. Assim que todos se dispersaram, ela falou do desejo de estar com ele. Queria ir para algum lugar sozinhos. Foram e se amaram muito” (EVARISTO, 2016, p. 27).

O comportamento que Maria Agonia exerce é de uma jovem reservada e compromissada com a Igreja. Por esses e outros motivos, o relacionamento entre Davenga e ela acaba por comprometer o jeito dominador dele, pelo fato dela não querer assumir publicamente que está se relacionando com um chefe de quadrilha. Veja-se um trecho do conto:

Esses encontros aconteceram muitas e muitas vezes. Primeiro na praça, a pregação, a crença. Depois tudo no silêncio, na moita, tudo escondidinho. Um dia ele se encheu. Propôs que ela subisse o morro e ficasse com ele. Corresse com ele todos os perigos. Deixasse a Bíblia, deixasse tudo. Maria Agonia reagiu. Vê só se ela, crente, filha de pastor, instruída, iria deixar tudo e morar com um marginal, com um bandido? (EVARISTO, 2016, p 27-28).

A atitude de Maria Agonia vai de encontro a submissão de Ana, logo, podemos caracterizá-la como insubmissa. Ao expor os motivos pelos quais não aceita ir morar com Davenga no morro, ela acaba por transluzir entre eles a desigualdade social e também econômica, isso se deve ao fato de Davenga ser um chefe de quadrilha, morar em um barraco e Maria Agonia ser filha de pastor e instruída. Trazendo assim uma reflexão acerca das condições sociais em que as personagens Ana e Maria Agonia se encontram, já que Ana mora em uma favela, no barraco, enquanto Maria Agonia vive em um ambiente de classe mais elevada.

De certo modo, no conto as ações de submissão e insubmissão das duas personagens encontram-se ancoradas a questões de instrução e convivência que marcaram as vidas de Ana e Maria Agonia. Os ensinamentos repassados para Ana, fizeram com que ela se tornasse submissa diante das ações de Davenga, por outro lado os ensinamentos repassados a Maria Agonia possibilitaram a ela maior autonomia, imposição diante das situações, maior arguição,

isso se confirma pela rejeição à proposta de Davenga. O espaço em que foi criada, propiciou que Maria Agonia fosse capaz de refletir sobre sua própria condição social, logo, por ter recibo instrução e sendo filha de pastor não iria morar com um marginal, ou seja, representando assim uma mulher decidida e que não deixa convencer facilmente.

A submissão e insubmissão acabam sendo resultado de um poder que se encontra ligado à violência, sendo representado pela violência física que Maria Agonia acabou sofrendo por não ser submissa a Davenga. Diante disso, observa-se através da personagem Ana, quanto a sua condição de mulher, uma delicadeza relativa ao sujeitar-se a dominação de Davenga. Já Maria Agonia, com sua insubmissão diante da proposta de Davenga, revela uma espécie de provocação à ordem masculina, ao passo que a personagem Ana acaba por carregar traços patriarcais ao se tornar submissa ao seu companheiro Davenga.

6.2 A mulher no âmbito conjugal

No meio conjugal, Ana Davenga é apresentada de forma submissa a Davenga, pois é ele quem provê o sustento dos dois, enquanto Ana é responsável por zelar a casa. Veja-se: “ele trazia sempre dinheiro e coisas” (EVARISTO, 2016, p. 26). E mesmo quando estava longe de casa “eram os companheiros dele que, através das mulheres, lhe traziam o sustento” (op. cit). Não deixava faltar nada a Ana.

A personagem Ana evidencia a posição subalterna da mulher dentro do âmbito conjugal, primeiro quando se deixa ser silenciada diante das ações praticadas por seu companheiro: “ela era cega, surda e muda no que se referia a assuntos deles” (EVARISTO, 2016, p. 22); segundo, quando obedece às regras patriarcais, adotando o nome do seu companheiro como sobrenome: “resolveu então que a partir daquele momento se chamaria Ana Davenga” (EVARISTO, 2016, p. 26-27), assim, evidenciando a submissão em relação a dominação masculina.

Na figura de Ana Davenga, a mulher acaba sendo vista como um ser frágil e indefeso, por essa razão, dependente do marido financeiramente. A responsabilidade de cuidar do marido também é refletida na personagem, quando ela, mesmo estando distante, se preocupava com ele: “o peito de Ana Davenga doía de temor. Todos estavam ali, menos o dela” (EVARISTO, 2016, p.22). A aflição vivida por Ana é evidente no meio conjugal, principalmente quando Davenga sumia, representando uma união conturbada e marcada pelo medo.

Ana era uma mulher que até nos momentos de prazer com Davenga sentia culpa, pelo fato de que seu homem “tinha o prazer banhado em lágrimas”. Apesar de todo esforço, ela não conseguia entender o que levava ele a chorar, marcando em seu relacionamento com Davenga segredos que nem mesmo ela conseguia decifrar.

Destinava-se a Ana os trabalhos domésticos e também o de auxiliar as outras mulheres dos comparsas de Davenga: “Davenga mandava que ela fosse entregar dinheiro ou coisas para as mulheres dos amigos dele” (EVARISTO, 2016, p. 26).

6.3 A violência contra a mulher

Conceição Evaristo, tematiza a violência em suas produções literárias, sobretudo no contexto social em que essas obras são ambientadas. Porém, não significa que a violência se restrinja somente a locais como a periferia, ela é, antes, um problema de ordem nacional, que, de forma indiscriminada, atinge desde as classes populares até as classes média e alta.

É possível visualizar durante os momentos de prazer de Davenga e Ana que o choro se fazia presente: “E todas as vezes em que ela via aquele homem no gozo-pranto, sentia uma dor intensa” (EVARISTO, 2016, p. 23). O termo dor, presente neste fragmento, segundo Cardoso e Silva (2017, p. 69), “nos reporta a mais um indicio de violência, Ana estava exposta a um ambiente em que no lugar de gozo, sentia angústia, aflição, dor, embora fosse dor por Davenga, era uma circunstância bastante embaraçosa”.

De todo modo, Ana fica exposta a uma violência moral, mesmo que Davenga não falasse palavras de calúnia, essa ação afetava a moral dela pelo motivo de buscar ofertar a ele momentos de prazer, porém, “era como se Davenga estivesse sofrendo mesmo, e fosse ela a culpada” (EVARISTO, 2016, p. 23). Figura-se nessa culpa que Ana sente, por mais que não tenha cometido nenhuma ação indigna, um aspecto de violência simbólica e psicológica, que Ana não conseguia perceber. Assim, Figueiredo aponta que

A violência simbólica se diferencia da violência moral porque a vítima da simbólica não tem consciência do poder ao qual está sendo subjulgada, ao contrário, por vezes sente um misto de temor e afeto pelo agressor. Quando o agressor pertence à sua intimidade (o companheiro, o marido, o filho, os pais, o irmão[...]) a vítima recebe a agressão como proximidade afetiva (FIGUEIREDO, 2009, p. 45).

Podemos visualizar, em outro fragmento sobre a relação de Ana e Davenga, o poder simbólico quando o narrador ressalta que “era tudo tão doce, tão gozo, tão dor! Um dia pensou em se negar para não ver Davenga chorando tanto. Mas ele pedia, caçava, buscava. Não restava

nada a fazer, a não ser enxugar o gozo-pranto de seu homem” (EVARISTO, 2016, p.23). Para não ver o amado chorando, Ana pensa em se negar a deitar com ele, mas o que restava a ela era somente enxugar as lágrimas de Davenga, mesmo sem saber das razões pelas quais ele chora.

Em outro momento da narrativa, quando Davenga propõe a Maria Agonia que subisse e ficasse com ele morando no morro, e ela se nega, isso acaba por despertar a fúria de Davenga, levando-o a questioná-la: “Davenga se revoltou. Ah! Então era isso? Só prazer? Só o gostoso? Só aquilo na cama?” (EVARISTO, 2016, p. 28).

A revolta de Davenga traz à tona o seu lado machista, que atinge o seu ponto máximo quando ele decide mandar matar Maria Agonia. Assim os jornais noticiaram a morte da personagem: “Filha de pastor apareceu nua e toda perfurada de balas” (EVARISTO, 2016, p. 28). Estando presente no conto a violência física mediante a morte de Maria Agonia, Figura-se em Davenga um ser dominador e Maria Agonia, por não aceitar ser dominada, acaba pagando com a vida. Assim, Cardoso e Silva (2017) evidenciam que:

Esse poder é praticado pelo dominador, em uma relação de hierarquia, para impor o modo de pensar ao reprimido. Esse poder permanece encravado por ser legalizado. Por conseguinte, a violência simbólica é o ato de atrocidade intelectual, ocasionalmente seguida de agressão moral e física, sofrida por relações consideradas hierárquicas, em que um sujeito sente uma superioridade em relação ao outro, ora por questões raciais, de gênero, de religião, de classe, familiares, entre outras relações hierárquicas arroladas do domínio/ poder e/ou preconceito (CARDOSO; SILVA, 2017, p.64).

Davenga busca exercer seu poder sobre Maria Agonia, tornando-a vítima de sua própria atitude de resistência, o que reflete muitos casos de violência contra a mulher. Em vista disso, quando Oliven (1986)² faz referência à violência urbana, é importante sublinhar que ela não trata somente dos delitos atrelados a classe baixa, podendo acometer tanto os cidadãos da cidade como do campo e, com isso, o problema passa a assumir uma dimensão universal. Assim, ele expõe sobre a violência sofrida pela população carente:

A violência e a tortura com que a polícia tem tradicionalmente tratado as classes populares, longe de se constituírem numa ‘distorção’ devido ao ‘despreparo’ do aparelho de repressão, ‘tem uma função eminentemente política – no sentido de contribuir para preservar a hegemonia das classes dominantes e assegurar a participação ilusória das classes médias nos ganhos da organização política baseada na repressão. O exercício continuado dessa repressão ilegítima consolida as imagens de segurança de status social das classes médias diante da permanente ‘ameaça’ que constitui para elas qualquer ampliação das pautas de participação popular’ (OLIVEN, 1986, p. 14 apud TONDO, 2018, p.50-51).

² OLIVEN, Ruben George. Violência e cultura no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

A violência sexual também se encontra presente no conto pelo fato de Ana não querer ter com Davenga relação sexual, contudo, ele “pedia, caçava, buscava. Não restava nada a fazer, a não ser enxugar o gozo-pranto de seu homem” (EVARISTO, 2016, p. 23). Essa atitude nos faz perceber que ele não aceita a decisão dela, pois como Cardoso e Silva (2017, p. 70) dizem:

Ele a persuade, sem fazer uso da força física, porém faz uso de argumentos convincentes que a fazem ceder ao ato sexual, não sabendo a razão da dor, com o constante sentimento de culpa. O que pode caracterizar uma indução psicológica com fins sexuais, por não haver a princípio uma violência motivada pela força.

A estabilidade mental da personagem Ana acaba sendo prejudicada por Davenga, isso por ele fazer com que ela sinta culpa sem ter feito nada, assim induzindo-a a ceder e consentir a relação sexual. Simbolizando, por meio da personagem Ana Davenga, mulheres vítimas de dominações simbólicas.

Acabam por sofrer com a violência físicas as duas personagens Ana e Maria Agonia, sendo esta como modo de dominação e ao mesmo tempo estratégia de sobrevivência. De um lado temos a morte de Maria Agonia e do outro, ao final do conto, a morte de Ana Davenga: “Ana, que morrera ali na cama, metralhada, protegendo com as mãos um sonho de vida que ela trazia na barriga” (EVARISTO, 2016, p. 30). Isso leva a compreender-se que tanto a atitude de resistência quanto a de conformidade colocam a mulher numa posição de risco, seja pelo confronto com o seu opressor, seja pelo convívio diário com ele.

Dessa maneira, sobre a construção desse cenário de violência pela própria Evaristo, Cardoso e Silva (2017, p. 71) frisam que os “indivíduos são abrutecidos pela dor, sofrimento, angústia de uma vida cheia de opressão e marginalizada. Assim, tal qual, como na ficção e vida real, as mulheres negras são vítimas de violência suscitadas pela discriminação”. De modo geral, a violência experimentada pelas personagens Ana e Maria Agonia revelam o dilema vivido por muitas mulheres: conviver e aceitar, o quanto pode os riscos dessa convivência, ou confrontar e colocar-se sujeita à fúria dos companheiros?

6.4 O dilema da maternidade vivenciado pela personagem Ana

A personagem Ana Davenga engravida, porém, começa a se questionar sobre o futuro que ela poderia ofertar a criança, ou mesmo, se ela (a criança) chegaria a ter um futuro. O que mais a incomodava era a incerteza do amanhã:

Ana Davenga alisou a barriga. Lá dentro estava a sua, bem pequena, bem sonho ainda. As crianças, havia umas que de longe, e às vezes de perto, acompanhavam as façanhas dos pais. Algumas seguiriam pelas mesmas trilhas. Outras, quem sabe, traçariam caminhos diferentes? E o filho dela com Davenga, que caminho faria? Ah, isto pertence ao futuro. Só que o futuro ali chegava rápido. O tempo de crescer era breve. O de matar ou morrer chegava breve, também. E o filho dela e de Davenga? (EVARISTO, 2016, p. 28–29).

Com a invasão dos policiais no barraco de Davenga, Ana Davenga acaba por ficar sob a mira de uma metralhadora, como o instinto de mãe falasse mais alto, em busca de proteger a criança, ela optou por encolher-se, “levando a mão na barriga, protegendo o filho, pequena semente, quase sonho ainda” (EVARISTO, 2016, p. 30). A gravidez de Ana ainda era algo desconhecido por Davenga, pois ela ainda não havia comunicado.

Os dois (Ana e Davenga) morrem juntos. Ana foi metralhada ali mesmo na cama do quarto, onde estava com Davenga, “protegendo com as mãos um sonho de vida que ela trazia na barriga” (EVARISTO, 2016, p. 30).

Ana, ainda nos períodos iniciais de sua gestação, não teve a oportunidade de vivenciar a maternidade por completo, pois a violência impossibilitou-a de viver tal experiência. Com isso, Cardoso e Silva (2017), em contraposição ao que é provável de ser achado nos textos literários de cunho tradicionais, mostram que

A experiência da maternidade da personagem, pela sua cruel interrupção, opõe-se profundamente com o ponto de vista idealizado sobre maternidade como uma ação sagrada e estimada pela sociedade, já que o bebê também é morto na abordagem policial. Assim, a gravidez de Ana é transpassada por ações de extrema violência que a cessam friamente (CARDOSO e SILVA, 2017, p. 72).

A vivência pela qual Ana passou durante a gestação, sendo marcada por uma tensa interrupção, vai em contrapartida a uma perspectiva que preza a maternidade como um acontecimento sagrado. A criança vem a óbito durante a abordagem. Logo, a gestação da personagem é marcada por atitudes de grande violência.

A personagem Ana acaba por enfrentar um grande dilema em relação à maternidade, pois, como citado inicialmente, ela perguntava para se mesma sobre o futuro de seu bebê, mesmo ainda sendo apenas um feto em seu ventre. Observa-se que estas questões lhe causam inquietações, talvez pelas suas vivências naquele espaço, por saber dos perigos que ali corria, por ela visualizar de perto a realidade das crianças que ali viviam. Todas eram fatores que impulsionavam a sua preocupação. Contudo, a forma pela qual a gravidez de Ana foi

interrompida, o afloramento precoce do instinto maternal, a necessidade de proteger o filho são aspectos que evidenciam o dilema a gravidez e a violência.

7 CONCLUSÃO

A literatura embora preze pelo aspecto ficcional, é alicerçada na realidade, trazendo consigo resquícios de uma dada estrutura social. Apoiado nessa proposição, este estudo buscou realizar uma análise da narrativa ficcional **Ana Davenga**, da escritora Conceição Evaristo.

A análise evidenciou que a condição da mulher no conto Ana Davenga é representada sob duas óticas distintas, que se refletem nas personagens Ana Davenga e Maria Agonia. De um lado, Ana apresenta traços sociais que remetem às vivências diárias de inúmeras mulheres e seus anseios, pois sua história é marcada por exclusão, além de ser uma personagem que traz uma reflexão acerca da mulher, em especial, aquelas que na vida real percorrem os mesmos perigos que Ana e são submissas aos maridos, que exercem sobre elas seu poder de dominador.

De outro lado, Maria Agonia, representa a mulher decidida e independente, não sendo submissa, ao se envolver com Davenga, acaba por trazer à tona duas questões divergentes, como a religiosidade e também o dilema de viver momentos de prazer com um criminoso. Logo, Ana representa a mulher submissa e a Maria Agonia representa a mulher que não aceita a submissão.

Com isso, a submissão e a insubmissão acabam sendo resultado de um poder que se encontra ligado à violência, sendo representado pela violência física que Maria Agonia acabou sofrendo por não ser submissa a Davenga. Diante disso, observa-se através da personagem Ana, quanto a sua condição de mulher, uma delicadeza relativa ao sujeitar-se a dominação de Davenga.

Já Maria Agonia, com sua insubmissão diante da proposta de Davenga, revela uma espécie de provocação à ordem masculina, ao passo que a personagem Ana acaba por carregar traços patriarcais ao se tornar submissa ao seu companheiro Davenga. E assim traz uma reflexão acerca das condições sociais em que as personagens Ana e Maria Agonia se encontram, já que Ana mora em uma favela, enquanto Maria Agonia vive em um ambiente de classe mais elevada.

É visível diante desse estudo que a mulher tem sua história no Brasil marcada por exclusão, questões patriarcais, opressão e desigualdade, cujo trabalho direcionado a ela era cuidar dos filhos, marido e zelar a casa. A mulher negra, quanto à sua representação, possui uma menor ocupação de espaço em relação ao homem, isso enquanto personagem.

As personagens apresentam traços que trazem à luz questões de submissão, insubmissão, violência e também condições sociais. A personagem Ana acaba por se tornar submissa ao seu amado após aceitar seu sobrenome, evidenciando para o que designamos de dominação masculina. A personagem Maria Agonia, acaba por ser insubmissa pois não aceita a proposta de Davenga para subir o morro e ficar lá para sempre com ele. Entretanto, ela acaba

pagando com a própria vida. O conto também traz à tona questões sociais como o lugar em que se passa o conto, a questão da diferença de vida que Davenga e Maria Agonia foram criados.

Dessa maneira, as hipóteses desenvolvidas nessa pesquisa para fomentar as discussões acerca do problema de pesquisa, enfatizam que a violência é um mecanismo de dominação que decorre de uma relação de desigualdade social entre uma classe de dominantes e outra de dominados. Em segundo lugar, a submissão denuncia a detenção de controle da figura masculina em relação à feminina. Por fim, a representação das personagens Ana e Maria Agonia evidenciam a consolidação de valores patriarcais arraigados. Com isso, as três hipóteses apresentadas foram validadas.

O intento desse trabalho visa contribuir com pesquisas futuras, de modo que se fundamenta pela necessidade de investigar sobre a história da mulher no Brasil e também da mulher negra na literatura brasileira, além de buscar por identificar através das personagens Ana e Maria agonia os aspectos que demarcam as questões de submissão e insubmissão, violência e condições sociais. Tanto na ficção, quanto fora dela, mesmo diante de inúmeras conquistas a mulher ainda passa por diversas situações de opressão social, de modo que ainda persiste o pensamento em relação a ela ser inferior ao homem, o que se pode observar através dos elevados números de violência moral, física, sexual e psíquica em que a mulher brasileira sofre.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **IV Seminário CETROS (Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social)**. 2013. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf. Acesso em 12/10/2021.
- BERNARDES, Thais. As conquistas das mulheres ao longo da história. **Futura**. 2021. Disponível em: <https://www.futura.org.br/as-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/>. Acesso em: 15/10/2021.
- BORSATTI, Janaína O. **Representações de violência nos contos: “Ana Davenga” “Duzu-Querença” e “Maria”**, de Conceição Evaristo. 2019. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português-Inglês). Curso de Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2019. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/24980/1/PB_COLET_2019_2_10.pdf. Acesso em: 19/10/2021.
- CASTANHEIRA, Claudia. Escritoras brasileiras: percursos e percalços de uma árdua trajetória. **NIELM (Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura)**, 2016.
- CAMARGO, Douglas Bispo de Souza. **Participação das mulheres no mercado de trabalho**. Fundação Educacional do Município de Assis – Fema – Assis, 2010.
- CUNHA, Helena Parente. **Desafiando o cânone: aspectos da literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80)**; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
- CASARINO, Tatyana; QUEVEDO, Elisama; GERVASONI, Tássia. A discriminação contra a mulher: análise histórica e Contemporânea. 11. Ed. **Anais da semana acadêmica FADISMA ENTREMENTES**, 2014. Disponível em: http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/05/a-discriminacao-contra-a-mulher_-analise-historica-e-contemporanea.pdf. Acessado em: 23/10/2021.
- CARDOSO, Sebastião Marques; SILVA, Elen Karla Sousa da. Representações da violência no conto “Ana Davenga”, de Conceição Evaristo. **Revista da Anpoll**, n. 43, Florianópolis, jul./dez. 2017, p. 59-74. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/download/1038/910/3984>. Acesso em: 21/11/2021.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Ed. 7. São Paulo: Contexto, 2004.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº 26, Brasília, julho-dezembro, 2005, p. 13-71. Disponível em: <file:///C:/Users/Bruno/Downloads/Dialnet-APersonagemDoRomanceBrasileiroContemporaneo-4846066.pdf>. Acesso em: 26/10/2021.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. -1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. In: **COLÓQUIO DE ESCRITORAS MINEIRAS**, 1, 2009, Belo Horizonte.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade** – SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p.17 – 31, 2º sem. 2009.

FUKS, Rebeca. Conceição Evaristo. **Ebiografia**. 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/conceicao_evaristo/. Acesso em: 29/10/2021.

FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues de. **A mulher negra nos Cadernos Negros: autoria e representações**. (Dissertação de Mestrado em Letras: Estudos Literários) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP7TTGA8/1/disserta_ao_mestrado_backup_revisado_2.pdf. Acesso em: 12/11/2021

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18 n.36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>. Acesso em: 15/11/2021.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. (Coleção História do Povo Brasileiro). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros / seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann**. -1. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PROSBT, Renata Elisiana. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**, 2003. Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG.

SANTIAGO, Ana Rita. **Vozes literárias de escritoras negras**. Salvador, BA. Editora UFRB, 2012.

SANTOS, Bruna Martins dos; ALVES, Josilene Santos. A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho: Comparação entre Ontem e Hoje. **FABE em Revista**, Bertioga, Vol. 8, 2016.

SILVA, Marcelo Cândido da. **A construção da personagem feminina negra em “Ana Davenga”, de Conceição Evaristo**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Estudos Literários e Ensino de Literatura, Goiânia, 2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/web/up/1148/o/Marcelo_C%C3%A2ndido_da_Silva.pdf. Acesso em: 16/11/2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção tudo é história / 145).

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. São Paulo: Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TONDO, Marlei Castro. **A violência contra as personagens femininas nos contos de olhos d'água da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo**. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018. Disponível em:

https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3583/1/PB_PPGL_M_Tondo%2c%20Marlei%20Castro_2018.pdf. Acesso em: 19/11/2021.

XAVIER, Elódia. Narrativa de Autoria Feminina na Literatura Brasileira: as marcas da trajetória. **Leitura – revista do programa de pós-graduação em letras**. Número especial de literatura – Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Nº 18, 2º semestre de 1996.